

simples de usar

instâncias. Antes da aprovação final pelo Conselho Deliberativo, eles passam pela avaliação das áreas técnicas do INCA. Depois, voltam para os autores, que podem fazer os ajustes necessários. A seguir, são encaminhados para a análise da chefia imediata e do coordenador da área, até chegar às câmaras técnicas, que lhes atribuem graus. Por fim, a DIPLAN organiza os projetos por grau e de acordo com a disponibilidade orçamentária, para então submetê-los ao Conselho. "Todos participam do processo, não é algo que fica retido numa cúpula. Isso tira o peso de decisão da gestão e traz um ganho enorme para a instituição em termos de democracia", diz Tânia Beume, da DIPLAN. "A transparência é o marco de nossa gestão orçamentária. Queremos que a força de trabalho saiba para onde estão indo os recursos do INCA, como eles são tratados, como é realizada a avaliação dos projetos e o resultado da execução deles", acrescenta Alessandra.

A partir de 2014, já para o Ciclo de Planejamento 2015, o Sisplan estará disponível o ano todo para cadastro de projetos.

Linha do tempo do Sisplan

- 2003 Criação do modelo de gestão participativa e compartilhada.
- 2004 Implantação do Sisplan.
- 2005 2007 Consolidação do modelo de gestão do Sisplan: o sistema extrapola uma forma padronizada de apresentação de projetos e passa a ser uma ferramenta gerencial de suma importância dentro do modelo de gestão colegiada, categorizado em Projeto e Atividade.
- 2008 2009 Alinhamento estratégico, pactuação e contratualização: elementos que compõem os indicadores são aperfeiçoados para atender às demandas. O Sisplan torna-se o instrumento oficial utilizado para o processo de tomada de contas e relatório de gestão.
- 2010 2011 Reorientação do modelo de gestão para resultados: integração do Sisplan com o Absolute e o BI (Business Intelligence).
- 2012 Revisão do processo.
- 2013 Implantação do Sisplan 2.0 – Ciclo de Planejamento 2014.

Fonte: DTI

Auditoria da CGU aponta regularidade dos gestores do Instituto

A Controladoria-Geral da União (CGU) encaminhou, em agosto, relatório com a avaliação das atividades do INCA, referente ao exercício 2012. A conclusão do órgão de controle foi pela regularidade dos responsáveis pela gestão do Instituto. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, declarou, por meio de pronunciamento ministerial, ter tomado conhecimento da documentação apresentada pela CGU com o parecer da auditoria.

O procedimento é realizado anualmente pela CGU e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por meio de ferramentas como o Relatório de Gestão Anual, a tomada de contas e a auditoria, além da solicitação de informações que devem ser fornecidas dentro do prazo estabelecido. No INCA, a Divisão de Planejamento Estratégico (DIPLAN) é responsável por organizar o atendimento às demandas dos órgãos de controle, com o apoio de todas as áreas da instituição.

Indicadores de desempenho úteis e mensuráveis, adequado ambiente de controle da área de gestão de compras e contratações e Plano Diretor de Tecnologia da Informação alinhado à missão institucional foram alguns dos processos destacados pela CGU como favoráveis e satisfatórios. O órgão de controle também ressaltou a adequada gestão no uso do cartão de crédito corporativo; a formalização e gestão de processos de contratação de Tecnologia da Informação em consonância com as normas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e o atendimento ao Decreto 6.932/2009, por meio da Carta de Serviços ao Cidadão. O relatório da CGU apontou, ainda, alguns pontos de melhoria para ajuste dos procedimentos internos, que já foram relatados às áreas responsáveis.

Para Monique Vasco, analista em Ciência & Tecnologia da DIPLAN, o resultado positivo da auditoria reflete o empenho da força de trabalho do INCA. "É notável a preocupação contínua dos profissionais da instituição em aprimorar o serviço prestado e em desenvolver novos recursos e pesquisas em prol do bem-estar do cidadão", avalia.

A chefe da Divisão, Alessandra Pereira, lembra que o trabalho não para. "Esperamos a colaboração e a participação de todas as equipes na produção do Relatório de Gestão de 2013, que começará a ser elaborado no início do ano que vem", diz.

Entenda o processo

Ao longo do primeiro semestre deste ano, o INCA teve as contas do exercício de 2012 analisadas, com foco em estruturação, padronização e monitoramento de procedimentos; acompanhamento de indicadores de desempenho; análise de risco ambiental, patrimonial e assistencial; regularidade dos contratos de terceirização; levantamento dos processos disciplinares; gestão de Tecnologia da Informação; regularidade dos processos licitatórios e definição do novo modelo de gestão.

Os órgãos de controle têm o papel de analisar assuntos relativos à defesa do patrimônio público e à transparência da gestão, avaliar os resultados da gestão dos administradores públicos federais, fiscalizar e avaliar a execução de programas de governo, promover a ética e o fortalecimento da integridade das instituições públicas, apreciar as contas anuais mediante parecer prévio, acompanhar a execução de ações disciplinares e executar atividades de apoio ao controle externo. Também realizam inspeções e auditorias, apreciam a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, apuram denúncias sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos federais, aplicam sanções e determinam a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos.